



## ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES – ETP

- 1.1. Contratação de pessoa jurídica para execução de Reforma de Bloco de Banheiros, Pavimentação em Concreto e Recape Asfáltico no Porto Internacional de Santa Helena – PR, conforme Projetos, Planilhas Orçamentárias, Memoriais Descritivos e Cronogramas Físicos Financeiros em anexo. |

### 1. UNIDADE REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

*Lei Federal nº 14.133, inciso I, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso I do art. 4º*

A presente contratação tem por objetivo promover a implantação, revitalização e readequação da pavimentação dos trechos de asfalto do Porto Internacional de Santa Helena, A reforma do banheiro *Central*, sendo o local de grande relevância para o desenvolvimento econômico do Município devido a exportação e Importação para/do Paraguai.

Tal iniciativa do poder público municipal segue dentro da proposta de melhorias constantes que estão sendo adotadas nos últimos anos visando a melhoria no acesso de tráfego de cargas pesadas.

O Porto Lacustre de Santa Helena, ou mais popularmente conhecido como Porto Internacional de Santa Helena, teve início de suas atividades em setembro de 2002 como Área de Controle Integrado e Aduana Integrada entre a República Federativa do Brasil e República Federativa do Paraguai.

Nesta área de Controle Integrado e Aduana Integrada, atuam vários organismos e seus respectivos funcionários, tanto da República do Paraguai e da República do Brasil como controles aduaneiros, migratórios, de saúde pública, fitossanitários, sanitário, zoonos sanitários e de transporte, quando sejam exercidos em função de atividades vinculadas às operações de comércio exterior que ocorrem neste local.

De acordo com o Capítulo II do Anexo I, que trata do Regulamento Administrativo e Operacional Provisório da Área de Controle Integrado de Santa Helena/BR ACI - Aduana Integrada entre República Federativa do Brasil e República do Paraguai, em seu Art. 16, no tocante aos encargos das partes, assim está estabelecido:

Art. 16- Estarão a cargo do País Sede:

- I. Os gastos de construção e manutenção dos edifícios;
- II. A execução dos serviços gerais de limpeza e higiene de todas as instalações;
- III. A manutenção da ordem interna, da segurança patrimonial e dos bens existentes na ACI;**
- IV. A disponibilização de recursos para a movimentação de cargas para verificação e depósito.

Conforme ATA DA REUNIÃO BILATERAL TRIMESTRAL DA ACI/SH DO DIA 01/09/2021 anexa, o Coordenador Local Brasileiro, “Sr. Alexandre Demarchi ressaltou sobre a necessidade de conferência das bagagens dos motoristas e acompanhantes que desejam sair a pé do recinto, bem como a necessidade de essas bagagens estarem devidamente lacradas pela Receita Federal antes da saída; também comunicou sobre a chegada do scanner da Receita Federal, que auxiliará na inspeção das cargas. O scanner terá capacidade para escanear 100% dos caminhões que passam pelo recinto



**ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

aduanheiro. **As adaptações para que o equipamento entre em operação ficarão a cargo da administradora do recinto.** Informou ainda que o horário limite para a chegada das últimas balsas deverá ser até às 18:30 horas, para que todos os caminhões possam ser inspecionados pelo scanner antes do fechamento do porto, que ocorre às 19:00 horas”.

A **Portaria RFB Nº 143 de 11 de fevereiro de 2022**, estabeleceu normas gerais e procedimentos para o alfandegamento de local ou recinto, especialmente o Art. 14, que trata da disponibilização de equipamentos de inspeção não invasiva (escâneres), compatíveis com as características e acondicionamento das cargas, das mercadorias e dos bens movimentados, na Área de Controle Aduaneiro, vejamos:

“Subseção V

Da Disponibilização e Manutenção de Instrumentos e Aparelhos de Inspeção Não Invasiva

Art. 14. A administradora do local ou recinto deve disponibilizar **equipamentos de inspeção não invasiva (escâneres)**, compatíveis com as características e acondicionamento das cargas, das mercadorias e dos bens movimentados, para inspeção de:

I - veículos rodoviários e unidades de carga;

II - paletes aeronáuticos;

III - paletes de armazenagem;

IV - remessas expressas ou postais;

V - bagagem de mão de viajantes; e

VI - bagagem despachada de viajantes.

§ 1º As imagens geradas e gravadas nas inspeções devem ser transmitidas, em tempo real, ao local determinado pela unidade da RFB de jurisdição do local ou recinto, sem prejuízo da possibilidade de acesso e download pela autoridade aduaneira.

§ 2º A instalação dos escâneres referidos no caput deverá contemplar a transmissão e integração ao sistema informatizado indicado no art. 17, de modo que os registros dos resultados obtidos nas inspeções sejam automáticos.

§ 3º Para fins do disposto no § 1º, quanto ao escaneamento de bens de viajantes, as imagens geradas e gravadas devem ser transmitidas para a central de monitoramento ou estações de trabalho no próprio recinto, conforme as especificações do projeto a que se refere o inciso IX do caput do art. 27, aprovado pela Equipe de Alfandegamento.

§ 4º A quantidade de escâneres para inspeção não invasiva de bens de viajantes deverá estar em conformidade com os seguintes parâmetros:

I - 1 (um) equipamento cujas dimensões mínimas sejam de 1 (um) metro por 1 (um) metro de "boca", para cada 400 (quatrocentos) viajantes/hora no desembarque internacional, sendo o mínimo de 2 (dois) equipamentos por terminal, no caso de aeroportos;

II - 1 (um) equipamento cujas dimensões mínimas sejam de 1 (um) metro por 1 (um) metro de "boca", para cada 1.500 (mil e quinhentos) viajantes/dia no desembarque internacional, sendo o mínimo de 2 (dois), no caso de terminais marítimos ou fluviais de turismo; e

III - 1 (um) equipamento para cada esteira de restituição de bagagem, acoplado à esteira, no lado externo (lado ar) do terminal aeroportuário internacional, com dimensões adequadas aos volumes e com características compatíveis com a velocidade da esteira.



**ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

§ 5º Devem ser disponibilizados, nas áreas de desembarque internacional dos terminais de viajantes internacionais, portais detectores de metal na proporção de 1 (um) equipamento para cada escâner no interior do terminal.

§ 6º Os escâneres de propriedade da RFB em operação nos terminais de viajantes serão considerados para fins de cumprimento do disposto nos incisos I e II do § 4º, enquanto sua utilização encontrar-se autorizada pela unidade da RFB de jurisdição do local ou recinto.

§ 7º O quantitativo de escâneres disponibilizados deverá permitir a verificação da totalidade das unidades de cargas movimentadas no local ou recinto, observadas suas capacidades nominais.

§ 8º Fica o local ou recinto, exceto porto organizado, instalação portuária ou aeroporto e instalação aeroportuária, dispensado da disponibilização de escâneres, quando sua movimentação diária média (MDM), no período de um ano, for inferior a 100 (cem) unidades de carga por dia, calculada conforme a seguinte fórmula:

$MDM = (T + C + V) / (30 \times M)$  na qual:

T = quantidade de contêineres, em Twenty-foot Equivalent Unit (TEU), movimentados no ano;

C = quantidade de caminhões baú ou contendo carga solta ou a granel, movimentados no ano;

V = quantidade de vagões contendo carga solta ou a granel, movimentados no ano; e

M = meses de operação do local ou recinto no ano.

§ 9º Para fins de confirmação pela RFB do cálculo previsto no § 8º, devem ser consideradas as declarações aduaneiras registradas no ano calendário anterior ou, nos casos de nova solicitação de alfandegamento, a declaração da interessada relativa à expectativa de movimentação de cargas no local ou recinto.

§ 10. Poderá ser dispensada, mediante manifestação favorável da Equipe de Alfandegamento nos termos do art. 29, a disponibilização de escâner para inspeção de unidade de carga e veículo, quando o local ou recinto, situado em porto organizado ou em instalação portuária, possuir MDM inferior a 30 (trinta) unidades de carga por dia, calculada conforme a fórmula estabelecida no § 8º.

§ 11. A dispensa prevista no § 10 poderá ser condicionada à exigência de que o recinto alfandegado adote o compartilhamento de equipamentos para escaneamento previsto no art. 24, para a verificação das unidades de carga selecionadas pela fiscalização.

§ 12. A Equipe de Alfandegamento analisará, nos termos do art. 29, o pedido de dispensa de disponibilização de escâneres nos casos em que o local ou recinto alfandegado, situado em porto organizado ou em instalação portuária de uso público ou de uso privativo, operar exclusivamente com:

I - Transporte que utilize equipamento roll on - roll off;

II - Carga que permita a inspeção visual direta; ou

III - Carga a granel.

§ 13. Poderá ser dispensada, mediante análise de gestão de riscos e conforme ato normativo da Coana, a submissão a mais de uma inspeção não invasiva dos contêineres movimentados em trânsito aduaneiro, caso em que o número desses contêineres dispensados deverá ser deduzido da quantidade a que se refere o § 8º."



**ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

Conforme ofício nº20/2023- RFB/IRF/SHA de 30/08/2022 com as providências a serem tomadas pela administração Municipal, “Conforme ajustado na reunião realizada nas dependências do Porto Lacustre de Santa Helena, no dia 29/08/2022, foram estabelecidas as providências a seguir, visando a adequação da estrutura física e elétrica do local definido para a instalação e funcionamento do caminhão escâner”:

Providências	Responsabilidade
a) Contratação dos serviços de manutenção do caminhão escâner e da equipe responsável pela operação do equipamento. Previsão para disponibilidade dos serviços: fevereiro/2023, caso não haja imprevistos nos processos licitatórios.	Alfândega da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu-PR
b) Adequação do local onde o caminhão escâner executará as atividades de escaneamento, devendo ser adotadas as seguintes providências:  b.1) Nivelamento do piso onde tráfegará o caminhão escâner e os veículos a serem inspecionados, sendo que o pavimento deverá ser plano e adequado para suportar o peso de todos os veículos;  b.2) Disponibilização de uma rampa móvel elevada, para que seja possível realizar o escaneamento do assoalho dos veículos de passeio;  b.3) Construção de uma cobertura no local onde o caminhão escâner realizará as operações, paraproteção do equipamento contra as intempéries climáticas;  b.4) Construção de uma estrutura (com cobertura, banheiro, assentos e bebedouro), para os viajantes aguardarem a realização do escaneamento;  b.5) Adequação da rede elétrica para possibilitar o funcionamento do caminhão escâner em um ponto de energia, conforme especificações informadas nos documentos já disponibilizados à Prefeitura;  b.6) Sinalização adequada da área, com placas de alerta sobre a necessidade de se manter distância durante a execução das atividades de escaneamento;  b.7) Construção de uma área para retorno dos veículos de passeio que serão escaneados, de forma que tais veículos, após o escaneamento, possam retornar para a via destinada ao fluxo de veículos de passeio e, dessa forma, não precisem seguir o mesmo fluxo dos veículos de carga.	Prefeitura de Santa Helena



Ficando, portanto, por responsabilidade da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu-PR a manutenção do escâner.

Sistema móvel de Inspeção de Veículo/Container



Conforme Art. 6º A área do local ou recinto a ser alfandegado deverá estar segregada de forma a permitir a definição de seu perímetro e oferecer isolamento e proteção adequados às atividades nele executadas. § 1º A, conforme Port. RFB Nº 3518 – 2011.

1

§ 1º A segregação do local ou recinto poderá ser feita por muros de alvenaria, alambrados, cercas, divisórias ou pela combinação desses meios, de forma a direcionar a entrada ou saída de pessoas, veículos, cargas e bens de viajantes por ponto autorizado. (Redação dada pelo(a) Portaria RFB nº 1001, de 06 de maio de 2014).

Conforme ofício 42/2023 anexo é importante consignar que, por força do Regulamento de funcionamento da Área de Controle Integrado Santa Helena (BR) – Puerto Índio (PY), cabeceira única, em Santa Helena, a Administração Municipal está comprometida com o atendimento de demandas para operacionalização das atividades da Receita Federal dentro do recinto aduaneiro, razão pela qual, aquele órgão cedeu o caminhão scanner para execução de suas atividades, **restando a edificação do barracão de responsabilidade do Município, sendo recebido a devolutiva Autorização para execução de infraestrutura no porto de Santa Helena: seu ofício nº 42/2023–SMDE, 721/2023 IPM, de 18 abr. 2023.**

*“Cumprimentando-o cordialmente, informamos que após análise dos projetos arquitetônicos anexos ao ofício em epigrafe, verificou-se que as intervenções relativas à pavimentação asfáltica sobre pedras poliédricas, pavimentação asfáltica com nova base, asfalto em concreto, piso em concreto armado, recape asfáltico, tapa buracos com pó de pedra e edificação de barracão não estão presentes no interior da área relacionada ao contrato de comodato JD-JE/0041/19, não cabendo assim a autorização da ITAIPU Binacional para as intervenções solicitadas.”*

*Com relação à substituição de pilares tipo paliteiro presentes no interior da área comodatada, não há óbices para sua execução, desde que sejam*

---

1 <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=36460&visao=original>





**ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

*mantidas as condições ambientais da área, bem como a adoção de todas as medidas preventivas necessárias visando eliminar os eventuais impactos que intervenção possa vir a causar, comunicando-se à ITAIPU sobre qualquer acontecimento relevante que ocorrer na área.*

*Solicitamos que todo o material proveniente das intervenções – dentro ou fora da área comodatada – tenha destinação adequada de acordo com o plano de gerenciamento de resíduos, não sendo permitida sua deposição na Faixa de Proteção da ITAIPU Binacional.*

Parte do conserto do Muro Paliteiro sob a matrícula nº 1.245 do CRI de Santa Helena, de propriedade da Itaipu Binacional (item 3), objeto do Contrato de Comodato nº JD-JE/0041/19, firmado entre o Município de Santa Helena e Itaipu Binacional e as demais benfeitorias serão executadas sobre a matrícula nº 11.841 do CRI de Santa Helena, de propriedade do Município de Santa Helena.

A pavimentação asfáltica de ruas, avenidas e estradas é uma medida importante para o desenvolvimento urbano e econômico de uma região, sendo que a pavimentação asfáltica de vias em áreas portuárias pode melhorar significativamente a infraestrutura da região, aumentando a acessibilidade para os usuários do porto, incluindo motoristas de veículos, caminhões e ônibus. Além disso, ruas e estradas pavimentadas oferecem melhores condições de segurança para os usuários, reduzindo o risco de acidentes, especialmente em áreas portuárias onde o tráfego de veículos pode ser intenso, o transporte de mercadorias pode ser feito de forma mais rápida e segura, melhorando a logística do porto, segue abaixo algumas imagens do local que necessitam de melhorias.







**ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19



O Porto recebe diariamente intenso fluxo de caminhões que utilizam o local para escoar a produção agrícola, o que agrava a situação e tornou-se motivo de reclamação de motoristas junto a Administração Portuária.

No mesmo sentido, em 08/09/2022 foi protocolado junto à Secretaria de Planejamento o Memorando nº 243/2022, acompanhado do Ofício nº 20/2022 da Receita Federal do Brasil, o qual aponta diversas providências a serem executadas no Porto de Santa Helena, sob responsabilidade da Prefeitura Municipal, especialmente os itens referentes as obras para instalação do caminhão scanner da Receita Federal do Brasil, que se encontra estacionado no local, para início das atividades.



**ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

Tal equipamento disponibilizado pela Receita Federal deverá ser utilizado para averiguação de cargas e em contrapartida a disponibilização do equipamento disponibilizado pela RFB, ficou a cargo da Administração Municipal, executar as obras e adaptações no local, para posterior instalação do item, nos termos do Ofício nº 20/2022, e anexo.

Para operacionalização do Scanner, a RFB deflagrou processo licitatório, a fim de contratar empresa para operacionalizar o equipamento, contrato este anexo onde a empresa vencedora do certame estará autorizada a iniciar suas atividades no Porto, contudo, as obras e adequações de responsabilidade da Prefeitura não foram licitadas, pois dependem de projetos.

Para execução dos projetos necessários para utilização e proteção do escaner, uma comitiva formada por representantes das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Planejamento realizam visita ao Porto de Foz do Iguaçu, a fim de conhecer a estrutura e operacionalização do equipamento.

Tendo em vista a assinatura do contrato com a licitante vencedora, diariamente o Auditor Fiscal da RFB, responsável pelas atividades Portuárias, contata esta Secretaria para saber uma posição do início das obras, informando que brevemente irá notificar o Município para apresentar uma data fatal para entrega dos itens de sua responsabilidade.

Ressalta-se que este referido processo foi lançado no ano de 2023 nas datas de 15/08/2023 e 06/09/2023, onde este restou deserto. Após o resultado foi enviado o memorando 180/2023(anexo) para a Secretaria de Planejamento Urbano e Engenharia para realizar a revisão e atualização dos projetos.

Em Penultima ATA da reunião Bilateral realizada no LOCAL DA ÁREA DE CONTROLE INTEGRADO (ACI) — SANTA HELENA (BR) / PUERTO ÍNDIO (PY) DO DIA 25/05/2023,

3º - Informou que, a partir de 1º de julho deste ano, o caminhão escâner da Receita Federal entrará em funcionamento, conforme já avisado anteriormente e cobrou a administração sobre as providências que ficaram sob responsabilidade da prefeitura, conforme reunião realizada no ano de 2022. O Sr. Aquiles pediu a palavra e informou que o processo licitatório da obra da estrutura para operacionalização do escâner, bem como do recape asfáltico, deverá ocorrer por volta da primeira semana do mês de julho deste ano, com a execução do serviço sendo iniciada no começo do mês de agosto deste ano, sendo que o prazo para a execução do serviço é de 90 dias; 4º Reiterou sobre a necessidade do fornecimento de combustível para o funcionamento do caminhão escâner, já que não há estrutura com ponto de energia elétrica instalada até o momento, informando que as atividades de escaneamento não poderão ficar paralisadas, por falta de energia ou de combustível. Eles informou que está verificando essa demanda, sendo que já recebeu dados da Receita Federal com estimativas sobre consumo de combustível de 500l, informando ainda sobre a possibilidade da realização de dispensa de licitação para essa aquisição.

Na última reunião realizada em 23/01/2024, foi feita a atualização sobre o andamento do processo licitatório, entre outros temas. Foi mencionado que a concorrência pública realizada em 15/08/2023 e 06/09/2023 não teve interessados restando Deserta, posteriormente, foi enviado um memorando com uma nova solicitação à Secretaria de Planejamento Urbano e Engenharia. A solicitação inclui a atualização do projeto e a reforma do banheiro Central do Porto, usado pelos visitantes da área portuária. O banheiro atualmente apresenta diversos problemas hidráulicos e estéticos, sendo vital melhorar o local para garantir conforto e adequadas condições de higiene aos usuários, como ilustrado nas imagens abaixo.





**ESTADO DO PARANÁ**  
**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**  
Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19



Os serviços a serem executados contemplam “Memorial Descritivo de Especificações Técnicas Obra: Reforma Banheiro e Platibandas no Porto Internacional de Santa Helena – PR e Pavimentação e Recape Asfáltico no Porto Internacional de Santa Helena.

**Documentos anexos ao presente ETP:**

- ✓ Cópia das matrículas dos imóveis registrada sob nº 1.245 e 11.841 no Registro de Imóveis da Comarca de Santa Helena;
- ✓ Projeção das Matrículas na área do Porto de travessia Trecho da PE entre os marcos PEDI-346 ao PEDI-348;



**ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

- ✓ Contrato de Comodato JD-JE/0041/19.
- ✓ Regulamento de Funcionamento da área de controle Integrado Porto de Santa Helena
- ✓ Ata de Reunião Bilateral Trimestral da ACI/SH do dia 01/09/2021;
- ✓ Memorando 180/2023 – SMDE 5435/2023 IPM para Secretaria Municipal de Planejamento solicitando projetos;
- ✓ Memorando 2793/2024 – SMP para Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico encaminhando projetos e demais arquivos;
- ✓ Memorial Descritivo contemplando as duas obras: Reforma Banheiro e Platibandas no Porto Internacional De Santa Helena – PR e Construção De Barracão Para Raio X E Pavimentação E Recape No Porto Internacional De Santa Helena.
- ✓ ART de obra ou serviço 1720231808970 em nome do Eng. Alcir Martins Vianna Junior;
- ✓ Definição de Acervo Técnico a ser exigido na obra;
- ✓ Ofício 42/2023 – SMDE para Itaipu Binacional;
- ✓ Autorização Itaipu;
- ✓ Licença ambiental – ePROTOCOLO 206072288 valida até 17/07/2025;

Considera-se a opção mais viável para esta contratação a de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, pois constitui-se na alternativa mais eficiente e eficaz para a Administração na sua tarefa de zelar pelo interesse público e atender as exigências das atividades pertinentes a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico apresentou seus projetos ao Inspetor Chefe da Receita Federal do Brasil, que os analisou meticulosamente. Em relação à construção do barracão, o Inspetor identificou diversas modificações essenciais. Diante disso, a Secretaria decidiu adiar a construção do barracão nesta etapa, e o projeto será revisado para atender às adequações necessárias.

O projeto de pavimentação (Planilha Orçamentária) não prevê sinalização horizontal e vertical. Diante disso, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE) encaminhou o memorando 137/2024 SMDE 3898/2024 IPM ao Departamento de Trânsito, solicitando a viabilidade da execução do serviço mediante a apostila da ATA de materiais pela SMDE para pagamento dos insumos. Em resposta, o Departamento de Trânsito se comprometeu a realizar a sinalização.

Ressalta-se que este referido Processo de concorrência Pública 006/2024 foi lançado para dia 04/07/2024 no sistema “Compras.gov.br”, o processo licitatório está identificado como Edital CC6/2024, onde não obteve nenhuma proposta, reaberto para dia 19/07/2024, onde novamente não se obteve propostas, restando fracassado.

Após o resultado, solicitou-se a Secretaria de Planejamento Urbano e Engenharia a revisão e atualização dos projetos pelo memorando 5136/2024 anexo, que foi respondido pelo memorando 6190/2024.

O processo foi recentemente lançado na modalidade de Concorrência Pública nº 017/2024, em 25 de outubro, como lote único com os dois itens. No entanto, este teve o resultado, publicado em 4 de novembro de 2024, foi novamente fracassado. Diante disso, optou-se por realizar um novo lançamento, agora dividido por item.

### **3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO**

*Lei Federal nº 14.133, inciso II, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso IX do art. 4º*

**PPA** - Lei n.º 2.920/2021; alterada pela Lei nº 3.129/2023;

**LDO** - Lei n.º 3.099/2023;

**LOA** - Lei nº 3.179/2023;

**LEI FEDERAL** nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

**PCA** - Plano de Contratações Anual – item: 5



#### **4. NATUREZA E FINALIDADE DA OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA**

*Lei Federal nº 14.133, inciso II, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso IX do art. 4º*

Trata-se de obra de engenharia, tendo como objeto da presente contratação se caracteriza como [Reforma Banheiro e Platibandas e Pavimentação(Asfática/Concreto)], cuja atividade estabelecida, privativa das profissões de arquiteto e engenheiro, implica na intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel, de interesse para a Administração Municipal, que deverá ser norteada e executada de acordo com Projeto Básico.

#### **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

*Lei Federal nº 14.133, inciso V, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso III do art. 4º*

Levando-se em conta as características do(s) objeto(s) a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a execução indireta da seguinte forma:

##### **5.1. Da modalidade de licitação “CONCORRÊNCIA”**

A escolha da modalidade “Concorrência” se justifica pela ampla publicidade na contratação da empresa que irá executar os serviços previstos, mas também pela possibilidade de atestar que as empresas interessadas em participar do certame possuem os requisitos mínimo de qualificação exigidos para execução do objeto a ser licitado, contido na Lei nº 14.133/2021.

A Concorrência caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no art. 28, inciso II, pela Lei nº 14.133/2021, como adequada para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns de engenharia. Na concorrência a disputa de preços acontece entre quaisquer interessados, desde que comprovem preencher os requisitos de qualificação nos termos exigidos pelo edital.

A nova lei de licitações em seu art. 29, determina que a concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum, ou seja, possuem as fases: preparatória, de divulgação de edital de licitação, de apresentação de propostas e lances, quando for o caso, de julgamento, de habilitação, recursal e de homologação.

Para a escolha da modalidade apropriada, na fase de planejamento, deve-se considerar a aplicação do pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, sendo que não se aplicará o pregão às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, desde que estes não se qualifiquem como comuns.

O Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP, na orientação técnica OT-IBR 002/2009 define obra como:

*“Obra de engenharia é a ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme disposto na Lei Federal nº 5.194/66”.*

*e*

*“Reformar consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual”.*

Como se verifica o objeto da presente contratação caracteriza-se como reforma predial de engenharia e arquitetura, pois a sua execução acarretará em alteração significativa do espaço, de modo que a modalidade adequada para o processamento da Concorrência Eletrônica, uma vez que o art.17, § 2º da Lei nº 14.133/2021 dispõe que as licitações serão realizadas, preferencialmente, sob a forma eletrônica.

##### **5.2. Do critério de julgamento “MENOR PREÇO”**

Nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/21, a concorrência enquanto





**ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

modalidade de Concorrência Eletrônica para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, poderá ter como critério de julgamento os seguintes:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;
- e) maior desconto;

Diante das possibilidades apresentadas pelo regramento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço.

A escolha do tipo “Menor Preço” se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquele de menor, dentro das especificações constantes no edital, gerando com isso, economia aos cofres públicos.

**6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

*Lei Federal nº 14.133, inciso VII, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso IV do art. 4º*

*“É sabido que a Administração Pública poderá obter o objeto pretendido através da Execução Direta ou da Execução Indireta.*

*Como Execução Direta do objeto pretendido, tem-se a hipótese em que a própria Administração Pública, através de seus próprios meios, ou seja, os seus próprios órgãos e entidades, executam o serviço pretendido. Para que se configure a dita espécie de execução, deverá a Administração Pública, efetivamente, deter a totalidade dos meios necessários à concretização do fim pretendido, ou seja, deverá deter toda a estrutura, expertise técnica, pessoal, etc à conclusão dos serviços pretendidos, sob pena de não se configurar a hipótese em questão, impondo a contratação de terceiro para sua execução, respeitadas as disposições inerentes ao processo licitatório.*

*Já a Execução Indireta se dá quando a Administração Pública, para obter o que pretende, necessita contratar terceiros para executar o serviço necessário ou fornecer o produto almejado. Tal espécie de execução do objeto contratado se dá através das seguintes formas: Empreitada por Preço Global; Empreitada por Preço Unitário; Tarefa; Empreitada Integral.”* (AZEVEDO, Rodrigo. Como contratar com a Administração Pública - as espécies de execução do contrato administrativo. Disponível em: [www.rodrigoazevedoadvocaciacom.jusbrasil.com.br/](http://www.rodrigoazevedoadvocaciacom.jusbrasil.com.br/))

Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a execução indireta, através de empreitada por preço global, tendo em vista que o Município de Santa Helena não detém os meios necessários à concretização do objeto e que há meios de definir claramente os aspectos quantitativos do objeto a ser executado.

Nesse caso, pode ser estabelecido um padrão ou uma unidade de medida, para fins de aferição do valor a ser pago ao contratado, o que será feito após o período de medição e a verificação da conformidade da prestação com a obrigação ajustada.

Tais serviços constarão resumidamente em:

- a) Serviços de Pavimentação e Recape Asfáltico e em Concreto;
- b) Serviços de Reforma de Bloco de Banheiros
- c) Serviços de obras complementares

A reforma se dará de conformidade com o previsto no projeto básico, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro, que serão elaborados em momento oportuno pelo setor competente, já tendo sido aqui demonstrado que a melhor forma de execução dos serviços é a indireta, através de empreitada por preço global.



## **7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES E VALORES PARA A CONTRATAÇÃO**

*Lei Federal nº 14.133, inciso IV, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso V do art. 4º  
Lei Federal nº 14.133, inciso VI, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso VI do art. 4º*

A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados no projeto básico e com os preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, que é uma tabela utilizada no orçamento de obras em geral, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil.

Na falta de composição no boletim de referência SINAPI, deve-se apresentar a composição unitária do serviço, contendo as justificativas técnicas para as composições adotadas, com elementos suficientes que permitam o controle da motivação dos atos que fundamentaram os valores adotados (por exemplo, memória de cálculo dos coeficientes de utilização de insumos), bem como a identificação do responsável pela elaboração. O Tribunal de Contas da União recomenda adotar a composição de outros sistemas referenciais de preços, desde que mantidos os coeficientes de consumo para cada serviço, utilizando-se o custo dos insumos obtidos no SINAPI. Nos casos em que este não contemple os serviços em análise, exige-se que se busque informações em outras fontes de preços para análise do orçamento de obra pública.

Os custos de execução, apresentados em planilha orçamentária, serão elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, que resultará no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação, que deverá compor a documentação do Projeto Básico e Termo de Referência.

## **8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

*Lei Federal nº 14.133, inciso III, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso II do art. 4º*

Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

A Concorrência terá por fundamento legal o regramento disposto no art. 2º, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para a presente contratação será elaborado Projeto Básico com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

### **Requisitos Técnicos da Contratação**

- a)** Definição do local de execução dos serviços, a saber: endereço indicado no Objeto deste documento;
- b)** Definição dos serviços a serem executados, dos materiais a serem aplicados e/ou substituídos, de acordo com as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem atendidas pelo Contratado;
- c)** Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;
- d)** Definição do orçamento e do prazo de execução da obra, com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;
- e)** Empresa do ramo da construção civil, para execução de serviços de reforma e/ou edificação em alvenaria, conforme quantitativos previstos nos projetos;
- f)** Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA / CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;
- g)** Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnico-profissional;



**ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

- h) Apresentação, por parte do Contratado, de Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;
- i) Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação;
- j) Cumprimento, por parte da contratada, de Plano de Gerenciamento de Resíduos, garantindo o correto descarte dos resíduos segundo sua classe.

**Requisitos de sustentabilidade**

Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho.

Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

**Requisitos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados**

- a) Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- c) Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- d) Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- e) Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- f) Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

**9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

*Lei Federal nº 14.133, inciso VIII, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso VII do art. 4º*

O parcelamento da solução não é recomendável, do ponto de vista da eficiência técnica, considerando que o gerenciamento da obra permanecerá sobre a gestão de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

Para execução de obras de reforma de edifícios e/ou edificação de obra nova, não há viabilidade técnica na divisão dos serviços, que em sua grande maioria são interdependentes, visto que o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e da entrega da obra.

Entende-se também que não há viabilidade econômica, uma vez que a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro. A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade, além de indicar o fracionamento do objeto.

Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração ou por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.





**ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

**10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

*Lei Federal nº 14.133, inciso XI, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso VIII do art. 4º*

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

Inicialmente não existem contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

A contratação de empresa especializada em obras visa garantir a execução dos projetos necessários para a conclusão do objeto.

**11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

*Lei Federal nº 14.133, inciso IX, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso X do art. 4º*

Assegurar que as intervenções proporcionem um espaço adequado a execução das atividades a serem desenvolvidas no local da execução da obra, de modo que os ambientes possuam conforto aos servidores resultando no trabalho eficiente, possibilitando a prestação dos serviços públicos de forma segura.

Com relação a reforma, a mesma deverá prezar pela manutenção e conservação do edifício público, garantindo o bom desempenho da construção e sua integridade física, evitando maiores depreciações, além de preservar o bem público e otimizar a utilização dos recursos financeiros do erário.

De igual forma quanto a obra de pavimentação(Asfática e de Concreto), deverá o Contratado executar o objeto de acordo com o especificado no Projeto Básico.

A empresa contratada deverá atender todos os requisitos estabelecidos no Edital de Licitação, Termo de Referência e Projeto Básico. A contratação deve ter resultados positivos, com a melhor prática de execução dos serviços de obras de reforma, de acordo com o Projeto Básico, mantendo-se o padrão de qualidade, ou superior, já empregado na atual edificação.

Realizada a produção do projeto básico/executivo, elaborada pela Secretaria Municipal de Planejamento, o próximo passo se consubstancia no planejamento da efetuação de certame para contratação de empresa para execução da obra no imóvel. Destarte, a solução para ocupação do edifício engloba etapas acima mencionadas, de modo a adaptar o espaço, deixá-lo em condições mais modernas de maneira a atender os padrões de acessibilidade ao público, assim como atualizar as estruturas hidráulicas, elétricas, sanitárias do prédio.

**12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO**

*Lei Federal nº 14.133, inciso X, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso XI do art. 4º*

Visando a correta execução do contrato, a Administração Municipal deverá executar minimamente as seguintes ações antes de contratação:

- a) Relatório circunstanciado contendo a descrição e avaliação da opção selecionada, elaborado pela autoridade competente (§ 5º do art. 40 da Lei 14.133/21);
- b) Definição do programa de necessidades, elencando as ações de projeto e obra a serem realizados;
- c) Elaboração do Projeto Básico, contendo o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução;
- d) Elaboração do Termo de Referência, contendo todos os elementos necessários para a contratação de bens e serviços (inciso XXIII do art. 6 da Lei 14.133/21);



**ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

- e) Aprovação do Projeto;
- f) Elaboração do Edital de Licitação;
- g) Entre outros

Para o processamento da Concorrência Eletrônica e execução do contrato caberá ao CONTRATANTE:

- a) Fornecer as informações técnicas, por meio do Projeto Básico e Executivo e seus anexos, acerca da execução do objeto.
- b) Quando da realização do contrato exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com as cláusulas contratuais e nos termos da proposta apresentada.
- c) Deverá o CONTRATANTE acompanhar e fiscalizar os serviços, por servidor ou comissão especialmente designada.
- d) Constatadas irregularidades deverão notificar o CONTRATADO por escrito acerca das eventuais ocorrências.

No processo licitatório deverá a licitante observar as regras estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021 acerca da participação no procedimento, as diretrizes quanto a execução de obras e serviços de engenharia, bem como obedecer às normas correlatas relacionadas ao objeto da contratação, além de:

- a) Aquela que se consagrar vencedora deverá executar o contrato conforme as especificações contidas no Termo de Referência e seus anexos, assim como seguir os termos de sua proposta e do contrato.
- b) Comunicar ao Fiscal do contrato qualquer ocorrência irregular que se verifique no local dos serviços.
- c) Prestar esclarecimentos ou informação quando solicitado pelo CONTRATANTE.

**13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL**

*Lei Federal nº 14.133, inciso XII, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso XII do art. 4º*

A licitação sustentável é uma solução para integrar considerações ambientais e sociais em todos os estágios do processo da compra e contratação dos agentes públicos (de governo) com o objetivo de reduzir impactos à saúde humana, ao meio ambiente e aos direitos humanos.

A licitação sustentável permite o atendimento das necessidades específicas dos consumidores finais por meio da compra do produto que oferece o maior número de benefícios para o ambiente e a sociedade. A licitação sustentável é também conhecida como compras públicas sustentáveis, eco aquisição, compras verdes, compra ambientalmente amigável e licitação positiva.

Portanto, licitação sustentável é a licitação que integra considerações socioambientais em todas as suas fases, com o objetivo de reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente e, via de consequência, aos direitos humanos. (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. 3ª. Ed. DF: 2020).

Os produtos deverão ser de baixo impacto ambiental, em especial quanto à utilização de:

- a) materiais menos agressivos ao meio ambiente.
- b) produtos acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, fabricada em material reciclável ou biodegradável.
- c) A empresa deverá possuir as licenças ambientais condizentes com a sua atividade produtiva e estar em dias com as respectivas licenças;
- d) Os produtos devem observar os critérios de sustentabilidade ambiental decorrentes de sua fabricação, nos termos da legislação de regência e suas eventuais alterações;
- e) Os resíduos decorrentes das fabricações dos produtos cotados deverão ter destinação ambiental adequada;
- f) Remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos.
- g) Observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como INMETRO



**ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

e ABNT

No art. 45, Lei nº 14.133/21 determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras CONTRATADAS, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pela obra CONTRATADA.

Na mesma acepção a Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

Sob esse viés normativo, a contratação pretendida nesta Concorrência Eletrônica caracteriza-se com obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá o futuro CONTRATADO empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais. Tal entendimento consta do art.6º, inciso XXV da Lei Federal nº 14.133/2021 que dispõe que deve o Termo de Referência conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, de modo que assegure o tratamento apropriado do impacto ambiental.

Diante disso, na execução da reforma caberá o CONTRATANTE e o CONTRATADO a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na consecução da obra.

**14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA**

*Lei Federal nº 14.133, inciso XIII, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso XIII do art. 4º*

Com os estudos, análises e projetos juntados ao presente ETP, ficou, de maneira detalhada e comprovada a adequação da obra pretendida, no atendimento do interesse social e público, cabe destacar que não haverá qualquer impacto ambiental e a obra em si, não apresenta qualquer característica ou aspecto técnico especial sendo possível ser executado por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente.

Com a conclusão deste projeto, os motoristas e demais usuários do Porto Internacional de Santa Helena terão uma circulação mais fluída no trânsito de cargas e uma melhor mobilidade das estruturas físicas do Porto. A execução desta iniciativa visa proporcionar maior segurança e facilidade nos acessos, resultando em uma redução de acidentes de trânsito e garantindo mais tranquilidade para todos.

As experiências anteriores indicam que a contratação apresenta viabilidade e alta probabilidade de alcance dos resultados pretendidos.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico não possui em seu quadro de servidores profissionais habilitados, em quantitativo suficiente, para a execução da obra de reforma elaborado para a unidade, de modo que para suprir tal necessidade torna-se imprescindível a contratação de serviços especializados, tendo em vista a necessidade de melhorias, ampliações e adequação do edifício para melhor atender os princípios segurança.

Assim, após o planejamento consignado neste estudo técnico, mostra-se viável a obtenção do objeto, sendo ele a contratação de empresa para execução da reforma/ampliação de engenharia civil do imóvel em comento, segundo as condições e especificações previstas neste ETP por meio da Concorrência Eletrônica.

Diante de todo o exposto, declaramos a viabilidade da Contratação, nos termos dispostos no presente Estudo Técnico Preliminar – ETP.





**ESTADO DO PARANÁ**  
**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**  
Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

Santa Helena/PR, 05 de novembro de 2024.

Declaro que participei ativamente de todas as etapas este Estudo Técnico preliminar - ETP,

**Alencar Servat**  
Diretor de Departamento de Indústria e Comércio

Ciente e de acordo,

**Pedro do Rego Almeida Neto**  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico